



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO N.º 10170/2008

PARECER N.º 145/2021–G3P

EMENTA: Auditoria de regularidade. Empresa Brasiliense de Turismo – Brasiliatur. Representações do MPC/DF. Irregularidades nas ocupações de áreas públicas na Torre de TV de Brasília. Determinações.

Retornam ao Ministério Público de Contas os autos de Auditoria de Regularidade realizada na Empresa Brasiliense de Turismo – Brasiliatur, com objetivo de verificar a regularidade de diversos atos, contratos e convênios, ante as diversas irregularidades apontadas nas representações do Ministério Público de Contas.

2. Por meio da Decisão 3075/2010, o Tribunal decidiu:

I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 160/2020 - SETUR/GAB e documentos anexos (fls. 2.427/2.428-v e anexo XI, e-DOC C694DDB5-c); b) da Informação n.º 54/2020 – Digem1 (fls. 2.429/2.438, e-DOC C421D764); c) do Parecer n.º 586/2020–G3P (fls. 2.441/2.445, e-DOC 82357B92); II – considerar parcialmente cumprida a diligência constante do item III da Decisão n.º 3.000/2019, reiterada pelo item II da Decisão n.º 122/2020; III – determinar: a) Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF e à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap que, no prazo de 30 (trinta) dias, informem à Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – Setur/DF os números de inscrição, no Cadastro Imobiliário Fiscal do Distrito Federal, de todos os imóveis (Áreas/Boxes) existentes na Torre de TV, enviando cópia das informações a este Tribunal, no mesmo prazo fixado; b) Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – Setur/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente informações atualizadas acerca dos procedimentos para dar efetivo e integral cumprimento às normas de regência alusivas à ocupação de Áreas/Boxes da Torre de Televisão de Brasília por emissoras de televisão e de frequência modulada de radiodifusão, bem como sobre a quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP e às taxas de ocupação daqueles espaços; IV – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 54/2020 – Digem1, do Parecer n.º 586/2020–G3P, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Setur/DF, à SEEC/DF e à Terracap, a fim de auxiliar no cumprimento das referidas diligências; b) o retorno dos autos em exame à Segem/TCDF, para os devidos fins.

Secretaria de Economia

3. Em atenção à determinação em comento, a SEEC/DF (peça 271) informou “que as inscrições solicitadas da Torre de TV de Brasília foram encaminhadas para a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, por meio do Ofício N° 5577/2020 - SEEC/GAB (46175078), no âmbito do Processo (0004000024639/2020-93)”.

4. As inscrições, conforme Despacho SEEC/SEF/SUREC/CCALT/GEDIR (peça 267), são:

Inscrição	Endereço
47518588	EMO/OESTE BX 1 TORRE DE TV



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

4751860X	EMO/OESTE BX 10 TORRE DE TV
47518618	EMO/OESTE BX 11 TORRE DE TV
47518634	EMO/OESTE BX 13 TORRE DE TV
4751857X	EMO/OESTE BX 2 TORRE DE TV
47518561	EMO/OESTE BX 3 TORRE DE TV
47518553	EMO/OESTE BX 4 TORRE DE TV
47518626	EMO/OESTE BX 6 TORRE DE TV
47518545	EMO/OESTE BX 8 TORRE DE TV
47518537	EMO/OESTE BX 9 TORRE DE TV
47518596	EMO/OESTE LT SALAO PANORAMICO
45034192	EMO/OESTE TV B SS
45034206	EMO/OESTE TV C SS
47282185	EMO/OESTE AA D TORRE TV
45898049	EMO/OESTE AA REST TV

Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP

5. Via Ofício 192/2020 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER (peça 245), a Terracap encaminhou os números de inscrição do cadastro imobiliário do DF dos imóveis existentes na Torre de TV:

Inscrição	ENDEREÇO	BAIRRO	HAB	AT	CPF/CNPJ	TI	Matrícula 2 RI
47518588	EMO/OESTE BX 1 TORRE TV	BRASILIA	173,00	1760,00	00359877000173	BX	
4751860X	EMO/OESTE BX 10 TORRE TV	BRASILIA	360,00	1760,00	00359877000173	BX	
47518618	EMO/OESTE BX 11 TORRE TV	BRASILIA	28,00	1760,00	00359877000173	BX	
47518634	EMO/OESTE BX 13 TORRE TV	BRASILIA	55,00	1760,00	00359877000173	BX	
4751857X	EMO/OESTE BX 2 TORRE TV	BRASILIA	173,00	1760,00	00359877000173	BX	
47518561	EMO/OESTE BX 3 TORRE TV	BRASILIA	173,00	1760,00	00359877000173	BX	
47518553	EMO/OESTE BX 4 TORRE TV	BRASILIA	173,00	1760,00	00359877000173	BX	
47518626	EMO/OESTE BX 6 TORRE TV	BRASILIA	694,00	1760,00	00394601000126	BX	
47518545	EMO/OESTE BX 8 TORRE TV	BRASILIA	210,00	1760,00	00359877000173	BX	
47518537	EMO/OESTE BX 9 TORRE TV	BRASILIA	28,00	1760,00	00359877000173	BX	
47518596	EMO/OESTE LT SALÃO PANORÂMICO	BRASILIA	0,00	1760,00	00359877000173	LT	
45034192	EMO/OESTE TV B SS	BRASILIA	0,00	1760,00	05589348000180	TV	24575
45898049	EMO/OESTE AA REST TV	BRASILIA	1.429,23	1082,00	00394601000126	AA	24574
47282185	EMO/OESTE AA D TO TV	BRASILIA	0,00	320,00	05589348000180	TO	24577
45034206	EMO/OESTE TV C SS	BRASILIA	0,00	62,90	05589348000180	TV	24576

Secretaria de Turismo do DF – SETUR/DF

6. Por meio do Ofício 546/2020 e anexos (peças 246/254), a SETUR informou, em síntese:

1. DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO

A partir dos estudos e levantamentos sobre as questões financeiras pertinentes aos contratos de concessão / permissão dos boxes da Torre, mencionados no Despacho



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

supracitado, e após as notificações à ele anexadas, identificou-se a manutenção de pendências de apenas 02 (duas) emissoras, conforme Planilha de Contratos atualizada (49559302).

Nesse curso, esta Subsecretaria de Infraestrutura, por intermédio da Coordenação de Projetos de Infraestrutura - COPIN, promoveu a notificação das referidas emissoras (49560216).

2. DO IPTU

No que tange às cobranças de IPTU, informamos que diante da ausência de informações sobre o número de inscrição de alguns imóveis, a conferência das eventuais pendências de pagamento de IPTU, informamos que até a presente data, esta Subsecretaria não obteve acesso aos números de inscrição de parte dos imóveis, conforme determinado no item III a) da Decisão nº 3075/2020.

Nesse sentido, informamos que ressalvados os casos de apresentação de comprovantes por parte das empresas ocupantes em respostas às notificações juntadas anteriormente, esta Subsecretaria não detém de informações suficientes para identificar eventuais débitos existentes.

3. DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Ao que se refere à promoção de medidas para fins de realização de novo chamamento público, em complementação ao já exposto no Despacho SETUR/SUIT (36849724), no âmbito do Proc. SEI (04009-00001227/2019-25), ocasião em que foram juntados o Parecer Técnico SEI-GDF n.º 6/2019 - TERRACAP/DICOM/GEPEA/NUPEA (36921248), o Parecer Técnico 004/2019SEINST (36921378) e o Relatório de Visita Técnica (36921473), informamos que a SETUR/DF vem envidando esforços para obter o orçamento pertinente às obras necessárias para viabilizar a emissão de novo Laudo de Avaliação dos imóveis, atualmente impossibilitada, conforme aludido Parecer da TERRACAP.

Para tanto, o executor do aludido contrato solicitou a elaboração e apresentação dos orçamentos dos serviços, reiteradas vezes, por email e telefone, a exemplo dos Emails Comunicação (49561379).

Ocorre que, a referida empresa alterou seu representante na relação junto à SETUR por diversas vezes, além de solicitar a suspensão dos prazos contratuais, fundamentada nas consequências decorrentes da suspensão de diversos serviços e mercados em razão da pandemia por Covid - 19, conforme Ofício 066/2020 (49561723).

Diante da mora no atendimento, considerando que até a presente data a contratada não apresentou o orçamento referente ao subsolo da Torre de TV, foi realizada reunião presencial junto à Diretoria da empresa contratada aos 16/10/2020, quando o aludido pleito foi novamente reforçado e foram solicitados esclarecimentos e orientações às SUAG e AJL da SETUR/DF, quanto aos mecanismos e procedimentos cabíveis, administrativos e jurídicos, que visam regularizar jurídica e financeiramente os contratos de concessão / permissão dos boxes da Torre de Tv, assim como eventuais sanções aplicáveis à empresa supramencionada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Salienta-se que, aos 20/10/2020 esta Subsecretaria reuniu-se com representantes da TERRACAP, no intuito de vislumbrar soluções alternativas para a emissão de novo Laudo de Avaliação, com o objetivo de dar celeridade à regularização dos impasses em questão.

Dessa forma, a partir do recebimento do orçamento, após a respectiva análise e aprovação, a depender dos custos e disponibilidade orçamentária, pretende-se executar as benfeitorias necessárias no imóvel em tela, para fins de viabilizar a emissão de Laudo de Avaliação atualizado dos valores de mercado dos boxes, no intuito de subsidiar novo processo licitatório de chamamento público que terá por objeto a concessão dos Boxes da Torre de TV, ação que resultará na regularização integral de todos os contratos pertinentes ao uso dos referidos imóveis.

7. Pela Informação 20/2021 – DIGEM1, o Corpo Técnico atestou o cumprimento do item III.a da Decisão 3075/2020 por parte da SEEC e Terracap.

8. Relativamente ao item III.b da aludida determinação, entendeu que deve ser considerado parcialmente cumprido, uma vez que, quanto à cobrança de IPTU, resta “pendente a questão da ausência do nº de inscrição para os boxes nºs 5, 7, 10.A e 12”.

9. Em razão disso, sugeriu ao Tribunal que determine:

a) à SEEC/DF que, no prazo de 60 dias, comunicando à Corte no mesmo prazo, adote as providências necessárias à criação dos números de inscrição para efeito de recolhimento do IPTU, caso realmente não tenham sido criados ainda, relativos aos boxes da Torre de TV nºs 5, 7, 10.A e 12, conforme descrito nos §§ 24/28 supra, enviando os números de inscrição também à Setur/DF;

b) à Setur/DF que, no prazo de 60 dias a partir do recebimento dos números de inscrição a que alude a letra “a” anterior, adote as providências necessárias junto às concessionárias para a regularização dos valores que devem ser recolhidos a título de IPTU:

b.1) dos boxes 5 e 7, ocupados pela empresa EBC (Empresa Brasil de Comunicação);

b.2) do box nº 10.A, ocupado pela empresa RBC (Rede Brasileira de Comunicação Ltda.) e;

c) do box nº 12, ocupado pela Rádio Senado.

10. De outra banda, no que concerne à efetiva regularização do cumprimento às normas de regência alusivas à ocupação de áreas/boxes da Torre de TV, verificou que a questão da efetiva publicação do instrumento “Chamamento Público” ou da deflagração da necessária licitação pública, caso seja necessário, em razão do interesse de outras empresas, **não vislumbra uma solução célere.**

11. Nesse sentido, pontuou que:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Nesse sentido, primeiramente, pode ser necessária, à vista das informações expostas anteriormente, a adoção das sanções pertinentes em desfavor da empresa Murano, bem como a contratação de nova empresa de manutenção predial capaz de elaborar um orçamento que reflita fidedignamente os reparos necessários a serem realizados nas unidades sub examine, o qual deverá ser analisado e aprovado.

Em seguida, passar-se-á à questão dos custos e disponibilidade orçamentária daquela jurisdição, a qual, uma vez equacionada, permitirá a execução dos serviços propriamente dita.

Concluída tal etapa, viabiliza-se a solicitação da emissão de novo Laudo de Avaliação atualizado, pela Terracap, com valores de mercado dos ditos imóveis, permitindo, na sequência, a realização de novo processo licitatório de chamamento público com o objeto da concessão dos boxes da Torre de TV.

Assim, uma vez finalizado o procedimento seletivo mencionado, dever-se-á constatar, finalmente, a regularização integral de todos os contratos pertinentes ao uso dos referidos imóveis.

Enfim, tendo em vista que a execução das etapas anteriormente relacionadas deva consumir tempo razoável em sua efetiva implementação, proporemos ao Tribunal determinar à Setur/DF que, no prazo de 180 dias, adote medidas concretas para dar efetivo e integral cumprimento às normas de regência alusivas à ocupação de Áreas/Boxes da Torre de Televisão de Brasília por emissoras de televisão e de frequência modulada de radiodifusão, bem como sobre a quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP e às taxas de ocupação daqueles espaços, dando ciência à Corte, nesse mesmo prazo, dos resultados comprovadamente obtidos. Adicionalmente, sugeriremos que aquela jurisdição informe imediatamente à Corte sobre eventual publicação de procedimento licitatório com o objeto de concessão das áreas/boxes da Torre de TV, que venha a ocorrer antes do término do prazo citado anteriormente.

12. Sobre o aspecto estrutural dos imóveis, chamou atenção para a gravidade no tocante à deterioração dos boxes, observando que se encontram em situação preocupante de conservação.

13. Diante disso, sugeriu o encaminhamento dos fatos à Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que tome conhecimento acerca da situação e adoção das providências cabíveis.

14. Em razão disso, sugeriu ao Plenário que:

I) tome conhecimento dos documentos encaminhados em atendimento à Decisão nº 3.075/2020:

a) pela Secretaria de Economia do DF – SEEC/DF, por meio do Ofício nº 5730/2020 - SEEC/GAB (peças 255/271);

b) pela Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, por meio do Ofício Nº 192/2020 - TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER (peça 245, fls. 214/217); e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

c) pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal – Setur/DF, por meio do Ofício nº 546/2020 - SETUR/GAB (peças 246/254);

II) considere:

a) cumpridas satisfatoriamente as diligências contidas no item III.a da Decisão nº 3.075/2020; (§ 14)

b) parcialmente cumprida a diligência contida no item III.b da Decisão nº 3.075/2020; (§ 16)

III) recomende à Setur/DF que, doravante, adote providências no sentido de evitar a situação descrita nos §§ 8/9 da Informação nº 20/2021 – Digem1, relevando, excepcionalmente o atraso verificado no encaminhamento da manifestação alusiva ao item III.b da Decisão nº 3.075/2020; (§§ 8/9)

IV) determine (§ 46):

a) à SEEC/DF que, no prazo de 60 dias, comunicando à Corte no mesmo prazo, adote as providências necessárias à criação dos números de inscrição para efeito de recolhimento do IPTU, caso não tenham sido criados ainda, relativos aos boxes da Torre de TV nºs 5, 7, 10.A e 12, conforme descrito nos §§ 24/28 da Informação nº 20/2021 – Digem1, enviando os novos números de inscrição também à Setur/DF, como subsídio às providências determinadas àquela jurisdicionada no item seguinte;

b) à Setur/DF que, no prazo de 60 dias a partir do recebimento dos números de inscrição a que alude a letra “a” anterior, adote as providências necessárias junto às concessionárias para a regularização dos valores que devem ser recolhidos a título de IPTU:

b.1) dos boxes 5 e 7, ocupados pela empresa EBC (Empresa Brasil de Comunicação);

b.2) do boxe nº 10.A, ocupado pela empresa RBC (Rede Brasileira de Comunicação Ltda.) e

b.3) do boxe nº 12, ocupado pela Rádio Senado;

V) determine à Setur/DF que, no prazo de 180 dias, adote medidas concretas para dar efetivo e integral cumprimento às normas de regência alusivas à ocupação de Áreas/Boxes da Torre de Televisão de Brasília por emissoras de televisão e de frequência modulada de radiodifusão, bem como sobre a quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP e às taxas de ocupação daqueles espaços, dando ciência à Corte, nesse mesmo prazo, dos resultados comprovadamente obtidos; (§ 52)

VI) determinar ainda à Setur/DF que informe imediatamente à Corte sobre eventual publicação de procedimento licitatório com o objeto de concessão das áreas/boxes da Torre de TV, que venha a ocorrer antes do término do prazo citado no item anterior; (§ 52)

VII) autorize:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

- a) o conhecimento pela SEEC/DF, pela Terracap e pela Setur/DF acerca das deliberações que vierem a ser adotadas nos autos;
 - b) a disponibilização de cópia da Informação nº 20/2021 – Digem1:
 - b.1) à Setur/DF e à SEEC/DF para adoção das providências relacionadas nos itens III, IV, V e VI supra;
 - b.2) à Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para conhecimento e adoção de providências que entender pertinentes, acerca da situação descrita nos §§ 53/58 da mencionada Informação, relativa à deterioração dos boxes localizados no subsolo da Torre de Televisão de Brasília; (§ 58) e
 - c) o retorno dos autos à SEGEM para os fins pertinentes
15. Foi o breve relato. Passo a opinar.
16. No tocante ao item III.a¹, observa-se seu cumprimento integral por parte das jurisdicionadas Terracap e Secretaria de Economia. Assim, o Tribunal pode considerar a deliberação adimplida.
17. A respeito do item III.b², acompanha-se a conclusão do Corpo Técnico segundo a qual os débitos em atraso relativos à Taxa de Ocupação estão sob controle, haja vista os baixos valores pendentes de cobrança (R\$ 5.483,92). Registre-se, ainda, a ausência do nº de inscrição para os boxes nºs 5, 7 (ocupados pela empresa EBC), 10.A (ocupado pela empresa RBC) e 12 (ocupado pela rádio Senado).
18. Assim, a par de considerar a determinação parcialmente cumprida, pode o Plenário determinar: a) à SEEC/DF que adote as providências necessárias à criação dos números de inscrição para efeito de recolhimento do IPTU dos boxes acima referidos; b) à Setur, que, a partir do recebimento dos números de inscrição, adote as providências necessárias junto às concessionárias para a regularização dos valores que devem ser recolhidos a título de IPTU.
19. No que se refere à efetiva regularização do cumprimento às normas de regência alusivas à ocupação de áreas/boxes da Torre de TV, vale destacar que a situação há muito perdura, sem, contudo, haver sido solucionada.

¹ III – determinar: a) Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF e à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap que, no prazo de 30 (trinta) dias, informem à Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – Setur/DF os números de inscrição, no Cadastro Imobiliário Fiscal do Distrito Federal, de todos os imóveis (Áreas/Boxes) existentes na Torre de TV, enviando cópia das informações a este Tribunal, no mesmo prazo fixado

² "III – determinar: (...) b) Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – Setur/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente informações atualizadas acerca dos procedimentos para dar efetivo e integral cumprimento às normas de regência alusivas à ocupação de Áreas/Boxes da Torre de Televisão de Brasília por emissoras de televisão e de frequência modulada de radiodifusão, bem como sobre a quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP e às taxas de ocupação daqueles espaços."



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

20. Cumpre rememorar o contido no Achado 1 do Relatório de Auditoria:

“ Apesar de terem sido adotadas algumas medidas pelo liquidante da Brasiliatur com relação à ocupação dos espaços da Torre de TV, tais como o levantamento dos débitos pendentes de cada ocupante até agosto/2010 e a notificação das empresas ocupantes, muito há que ser feito pela SETUR para de fato regularizar aquela situação, seja com relação ao suporte contratual, seja com relação à quitação dos débitos das taxas de ocupação e, ainda, com relação ao levantamento e quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP”.

21. Além da não quitação de débitos das taxas de ocupação e tributos, observa-se que, ainda em 2013, foram registradas inúmeras falhas na ocupação dos espaços públicos localizados no subsolo da Torre de TV de Brasília, sobretudo em relação à ausência de suporte contratual para amparar as ocupações.

22. Nesse sentido, afirmou a SETUR que:

“(…) a partir do recebimento do orçamento, após a respectiva análise e aprovação, a depender dos custos e disponibilidade orçamentária, pretende-se executar as benfeitorias necessárias no imóvel em tela, para fins de viabilizar a emissão de Laudo de Avaliação atualizado dos valores de mercado dos boxes, no intuito de subsidiar novo processo licitatório de chamamento público que terá por objeto a concessão dos Boxes da Torre de TV, ação que resultará na regularização integral de todos os contratos pertinentes ao uso dos referidos imóveis”.(peça 248)

23. Em manifestação anterior (Parecer 586/2020 – G3P, de 15/07/2020) registrei que a SETUR vinha adotando as medidas necessárias para promover a realização de chamamento público e, com isso, finalmente regularizar a ocupação dos boxes da Torre de TV.

24. Não obstante, como aferido pela Instrução, a publicação do instrumento “Chamamento Público” ou da deflagração da necessária licitação pública, ainda devem consumir mais tempo, principalmente em razão:

- a) Da necessidade elaboração de um orçamento que reflita fidedignamente os reparos necessários a serem realizados, o qual ainda deverá ser analisado e aprovado;
- b) aferição dos custos e existência de disponibilidade financeiro-orçamentária;
- c) solicitação da emissão de novo Laudo de Avaliação atualizado, pela Terracap, com valores de mercado dos ditos imóveis, permitindo, na sequência, a realização de novo processo licitatório de chamamento público com o objeto da concessão dos boxes da Torre de TV.

25. Destarte, adequada a proposta de que seja determinado à SETUR que, no prazo de 180 dias:

- a) adote medidas concretas para dar efetivo e integral cumprimento às



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

normas de regência alusivas à ocupação de Áreas/Boxes da Torre de Televisão de Brasília por emissoras de televisão e de frequência modulada de radiodifusão, bem como sobre a quitação dos débitos relativos ao IPTU/TLP e às taxas de ocupação daqueles espaços, dando ciência à Corte, nesse mesmo prazo, dos resultados comprovadamente obtidos;

b) informe imediatamente sobre eventual publicação de procedimento licitatório com o objeto de concessão das áreas/boxes da Torre de TV, que venha a ocorrer antes do término do prazo mencionado.

26. Por fim, preocupa-se o Ministério Público com o detectado pela Terracap e Novacap (peça 233) em vistorias realizadas *in loco*, dando conta da existência de:

- a) goteiras e infiltrações nos boxes, que oferecem risco de dano aos equipamentos de transmissão de ondas de rádio e televisão;
- b) severo desgaste do revestimento das paredes;
- c) manifestações patológicas nas lajes e vigas da entrada dos boxes, com corrosão e exposição quase total da armadura;
- d) sinais de infiltração e eflorescência na laje;
- e) concreto com excesso de umidade e poroso;
- f) manifestações patológicas nas lajes e vigas da entrada dos boxes;
- g) juntas de dilatação deterioradas.

27. Dessa maneira, objetivando impedir a repetição da situação ocorrida com o viaduto que passava sobre a Galeria dos Estados - bem como resguardar o patrimônio público e a vida das pessoas que ali laboram ou transitam, concorda o Ministério Público com a proposta de que os fatos sejam encaminhados à Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que tome conhecimento acerca da situação e adote as providências necessárias ao caso.

28. À visto disso, concorda o Ministério Público, na integralidade, com os termos da Informação 20/2021 – DIGEM1 (peça 273).

Brasília, 16 de março de 2021.

Demostenes Tres Albuquerque
Procurador